

# Os saberes e fazeres dos psicólogos no campo das violações dos direitos humanos na infância

*The knowledge and practices of psychologists in the field of childhood human rights abuse*

*Los conocimientos y las prácticas de los psicólogos en el campo de las violaciones de los derechos humanos en la infancia: un estudio exploratorio*

Sônia Regina Corrêa Lages\*

Verônica de Paiva Perroni Silva\*\*

Natália Caroline de Freitas Soares\*\*\*

## Resumo

*Este texto revisa a produção da psicologia sobre as práticas dos seus profissionais no campo da violação dos direitos humanos na infância, considerando que crianças e adolescentes no Brasil, apesar do ECA, ainda não se tornaram sujeitos de direitos. Enfatiza-se a importância dos saberes e práticas da psicologia nesse campo, no sentido de que sua atuação seja pautada por uma visão crítica da construção das desigualdades e da reprodução de estigmas que impedem a transformação social. O corpus onde incidiu a pesquisa é composto pelas teses e dissertações publicadas no Portal Domínio Público, na Biblioteca de Teses e Dissertações da USP e nas revistas de psicologia indexadas na Qualis-Capes e na Rede Scielo. Este estudo preliminar apontou para uma baixa produção no referido tema, o que limita a atuação da psicologia nas políticas públicas para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.*

**Palavras-Chave:** *direitos humanos; infância; produções científicas*

---

\* Professora de graduação e pós-graduação no Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, MG. E-mail: sonialages@ig.com.br

\*\* Estudante de Psicologia no Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, MG. E-mail: veveita@hotmail.com

\*\*\* Estudante de Psicologia no Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, MG. E-mail: ncfsoares@gmail.com

## Abstract

*This paper reviews the psychological literature on psychological practices in the field of human rights abuse during childhood, considering that children and adolescents in Brazil, despite the ECA, do not yet have the rights they are entitled to. It emphasizes the importance of knowledge and psychology practices in this field, in the sense that its performance is guided by a critical view of inequalities and reproduction of stigmas that hinder social transformation. The research centered on theses and dissertations published in the Domínio Público (Public Dominion portal) and in the Biblioteca de Teses e Dissertações da USP (Library for Theses and Dissertations at São Paulo University) and psychology journals indexed in Qualis-Capes and RedeSciELO. This study indicated low production in the topic, which therefore limits the role of psychology in the pursuit of effectiveness regarding children and adolescents rights.*

**Keywords:** *human rights; childhood; scientific productions.*

## Resumen

*Este texto revisa la producción de la psicología sobre las prácticas de sus profesionales en el campo de la violación de los derechos humanos en la infancia, considerando que niños y adolescentes en Brasil, a pesar del ECA, aún no se han convertido en sujetos de derechos. Se enfatiza la importancia de los conocimientos y de las prácticas de la psicología en este campo, de forma que su actuación sea pautada por una visión crítica de la construcción de las desigualdades y de la reproducción de estigmas que impiden la transformación social. El corpus donde se centró la investigación es compuesto por las tesis y disertaciones publicadas en el Portal Dominio Público, en la Biblioteca de Tesis y Disertaciones de la USP y en las revistas de psicología indexadas en Qualis-Capes y en la Red Scielo. Ese estudio preliminar apuntó una baja producción en el referido tema, lo que limita la actuación de la psicología en las políticas públicas para la efectuaración de los derechos de niños y adolescentes.*

**Palabras claves:** *derechos humanos; infancia; Producciones científicas.*

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o descaso do poder público quanto à situação social da infância e juventude está presente ao longo de sua história, que foi fortemente marcada pelo assistencialismo e pelas ações filantrópicas. Mais recentemente, no início do século XX, é que essa situação começa a se modificar com a entrada do Estado neste cenário, sendo responsável pela

infância desamparada, inaugurando instituições públicas e privadas, mas sem ainda considerar crianças e jovens como sujeitos de direitos. (Marcílio, 2011; Ribeiro, 2010).

E é mais exatamente a partir da década de 1980 que a situação começa a se alterar, assinalada pela reabertura política e pelo fortalecimento dos movimentos sociais, como também pela criação da constituição cidadã (1988) considerada o marco de entrada na sociedade brasileira dos Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1950 (Marcílio, 2011; Ribeiro, 2010). Este período pós-ditadura também foi caracterizado pela reivindicação de direitos sociais por diversos grupos, o que acabou resultando na abertura de um espaço de possibilidades que posteriormente deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), à Lei Orgânica de Assistência Social (1993), que reafirmou a responsabilidade social do Estado, e à criação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social (2005). Desta forma, o ECA (1990), considerado como congregador dos avanços quanto aos direitos humanos da criança e adolescente, é resultado de um processo histórico, no qual o atendimento à infância brasileira oscilou de acordo com a situação econômica e política do país, passando da responsabilidade dos grupos filantrópicos e religiosos para, finalmente, do Estado.

Quanto à psicologia, a demanda por uma prática mais social e menos individualizante emerge a partir da década de 1980, quando houve uma grande crítica quanto ao papel do psicólogo, à sua função e à sua responsabilidade social (Bock, 1999). Diante disto, a atuação do psicólogo, anteriormente limitada às áreas de clínica, organizacional e escolar, se amplia, devido ao novo campo que surge após a abertura política e às mudanças nas políticas sociais, passando a exigir um novo modelo de intervenção. Como exemplo de tal mudança tem-se, entre os movimentos sociais pela saúde pública ocorridos na década de 1980, a participação dos profissionais da psicologia na luta antimanicomial.

A partir de 2004 surge a demanda desses profissionais como atuantes em equipes multidisciplinares destinadas ao atendimento nos níveis de proteção social, resultantes da aprovação da PNAS – Política Nacional de Assistência Social (2004) e da criação do SUAS - Sistema Único de

Assistência Social (2005). Com esse novo campo, surge também a demanda por novas metodologias para a atuação do psicólogo, e uma nova formação acadêmica voltada para as práticas sociais. Essa é uma questão apresentada pelos profissionais psicólogos do SUAS que mencionam além da necessidade de uma formação acadêmica voltada para as políticas públicas, também a necessidade de práticas convergentes, objetivando a padronização da prática do psicólogo naquele sistema. (Ribeiro, 2010)

A preocupação com a prática do profissional psicólogo no campo das políticas públicas, por parte dos conselhos, levou à criação do CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, em 2006, que desde lá vem promovendo a qualificação da atuação profissional de psicólogos que atuam em políticas públicas por meio de pesquisas, e da sistematização e divulgação de informações acerca de sua prática profissional (CREPOP). Esse empenho teve sua gênese nas problematizações que foram (e ainda são) levantadas no que diz respeito ao papel de propulsor das transformações sociais, superando o olhar individualista e individualizante com que observa os sujeitos em suas vidas concretas. Esse olhar tem reproduzido e reforçado: uma série de estratégias que impossibilitam os sujeitos de se perceberem como sujeitos de direitos; as ideologias meritocráticas que colocam em cada um a responsabilidade de enfrentar as mazelas sociais, isentando (isentando) a responsabilidade do Estado e da sociedade; os preconceitos e a criminalização de diversas situações humanas, como a da pobreza ou daquelas relativas à gênero, orientação sexual, étnico-raciais, dentre outras.

A partir desse contexto, foi realizada uma pesquisa de iniciação científica com o objetivo de mapear o campo das práticas e intervenções dos profissionais psicólogos(as) no campo da violação dos direitos humanos na infância, independente de suas orientações teóricas, e também dos espaços de atuação. Quanto a esses espaços de proteção às crianças, foram considerados os institucionalizados, ONG`s, associações, Conselhos Tutelares e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O interesse era o de conhecer como aqueles profissionais, ligados às instituições públicas ou a outras entidades (incluindo o trabalho voluntário) contribuíam com a efetivação do ECA, através dos seus saberes e fazeres.

No entanto, considerando esse objetivo, e a fragilidade dos estudos com esse foco específico, a pesquisa foi ampliada, e incluiu os trabalhos que foram realizados por psicólogos, seja através de estágios curriculares, intervenções através de projetos de extensão, pesquisas acadêmicas, e análises críticas sobre a intervenção da psicologia nos referidos contextos, considerando os espaços destinados à proteção de crianças que tiveram seus direitos violados.

Considera-se de fundamental importância o estudo sobre as referidas práticas e sobre o lugar que o psicólogo vem ocupando no referido campo, uma vez que a demanda por ele, a partir da introdução do SUAS e da criação do ECA, o posiciona em equipes interdisciplinares com o compromisso social de atuarem como agentes de mudanças a partir de um olhar crítico e questionador das políticas públicas.

## MÉTODO

Foi utilizado o método de revisão bibliográfica sobre os estudos na área da psicologia que versam sobre a intervenção e práticas do profissional psicólogo, considerando o campo de pesquisa aqui delimitado, a partir de 1990 (ano que foi sancionada a Lei 8.069 que dispõe sobre o ECA), e que estão presentes nos seguintes bancos de dados: no Portal Quali/Capes e no de Domínio Público; nas revistas indexadas na Rede Scielo, e na Biblioteca de Teses e Dissertações da USP.

Para localização dos artigos, dissertações e teses, foram utilizadas um rol de palavras-chaves com referência ao tema, e após a localização dos textos, passou-se à leitura dos resumos que teve a intenção de visualizar se o trabalho tratava de violações dos direitos humanos no campo da infância, incluindo as seguintes categorias de análise: tipo de metodologia utilizada pelos profissionais para a intervenção (oficinas, rodas de conversa, dinâmica de grupo, etc); linhas teóricas da psicologia seguidas pelos psicólogos (psicanálise, psicologia social, etc); percepção crítica dos profissionais quanto às políticas públicas na área da infância e adolescência; e quanto às ideologias disciplinadoras, normativas, controladoras e punitivas, que sempre estiveram presentes no referido campo.

Os artigos encontrados, quanto ao objetivo da presente pesquisa, foram agrupados em temas de afinidade e distribuídos da seguinte forma: a) sexualidade, que se refere à educação sexual para os adolescentes; b) abuso sexual, que descreve oficinas realizadas com meninas vítimas de abuso sexual; c) lazer, através de uma brinquedoteca; d) o uso de computador para aprendizagem numa entidade para crianças em situação de rua; e) análise crítica da atuação dos profissionais psicólogos em entidades de acolhimento às crianças e adolescentes.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram localizados 09 artigos, distribuídos em cinco categorias: (a) sexualidade (1): Maheirie, Urnau, Vavassori, Orlandi e Baierle, 2005; (b) abuso sexual (1): Habigzang, Hatzenberger, Corte, Stroehrer e Koller, 2006; (c) brinquedoteca em espaço comunitário (1): Jurdi e Amiralian, 2012; (d) crianças em situação de rua (01): Castro, Moura e Ribeiro, 1999; (e) análise crítica da atuação dos psicólogos (5): Guedes e Scarcelli, 2014; Benelli, 2013; Tavares et al., 2011; Ribeiro, 2010; e Marques e Czermak, 2008.

Do total dos artigos selecionados, três relataram experiências de intervenção realizadas através de projetos; um se referiu a relatos de estágios; um quanto à experiência de uma pesquisadora como profissional na instituição, e quatro analisaram as experiências dos profissionais psicólogos.

O tema da educação sexual, “Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: Um relato de experiência” (Maheirie et al., 2005), foi levado por estagiários do curso de psicologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), através de quatorze oficinas, a uma entidade não-governamental que atende crianças e adolescentes, com o objetivo de discutir os direitos sexuais e reprodutivos, o uso de métodos contraceptivos e preventivos, e as relações de gênero. A orientação metodológica que orientou a intervenção foi a da concepção histórico-cultural vygotskiana.

Quanto à categoria abuso sexual, o artigo “Grupo terapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção”, de Habigzang, et al., (2006), descreve as intervenções realizadas através do processo de grupoterapia cognitivo-comportamental

desenvolvido para casos de abuso sexual, aqui no caso, para meninas com idades entre 9 e 13 anos. Tal intervenção, através de 20 sessões de grupo-terapia, foi fruto de um projeto de pesquisa ligado à UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em parceria com o Conselho Tutelar, que fez o encaminhamento das meninas que foram abusadas. O modelo de intervenção foi o cognitivo-comportamental e teve como objetivos a reestruturação de pensamentos e emoções; redução da depressão e da ansiedade; e a aprendizagem habilidades de autoproteção para prevenir futuras revitimizações.

As intervenções acima realizadas, através de um estágio e de um projeto de pesquisa, ligados a universidades, concluem de forma positiva as intervenções, pela abertura do espaço para que as crianças e adolescentes possam falar a respeito de si mesmos, do desconhecimento do próprio corpo, e/ou de suas experiências traumáticas com relação ao corpo. Por outro lado, as intervenções parecem terem ficado circunscritas às ações propriamente ditas, sem questionar outros campos importantes como o do Estado, o das políticas públicas, da sociedade e da cultura, e da própria entidade.

As intervenções de Jurdi e Amiralian (2012), no artigo “Cuidados com a Infância e a Adolescência por meio da Brinquedoteca Comunitária”, foram realizadas com crianças de 04 a 15 anos de idade. O espaço alvo foi uma brinquedoteca comunitária de um bairro da periferia da zona oeste do município de São Paulo, no ano de 2007. As autoras chamam atenção da importância das brincadeiras a partir da perspectiva winnicottiana, como uma forma retomar os processos de amadurecimento que foram interrompidos por questões vivenciadas em seu cotidiano. No entanto, não é descrito no relato, que brincadeiras foram utilizadas, nem os seus objetivos. A rodas de conversa giraram em torno das brigas, as regras coletivas para o funcionamento da brinquedoteca, ou das festas que estavam para acontecer. O método pesquisa ação foi utilizado como sendo adequado para resolução de problemas coletivos, segundo as autoras, mas não evidenciou-se que problemas foram esses. Também não foram problematizados aspectos das

violações que levaram aquele público a se inscreverem como sendo de risco e vulneráveis, abandonadas pelas famílias e pela sociedade, apresentando sintomas agressivos e destrutivos, termos utilizados pelas autoras.

O uso do computador como instrumento para reintroduzir a aprendizagem formal foi utilizado em uma oficina para crianças em situação de rua que são atendidas por uma organização não governamental. A experiência é relatada por Castro et al. (1999), em “Oficina de informática com meninos e meninas de rua: Relato de uma experiência”. O objetivo foi o de resgatar a relação com a aprendizagem escolar através do computador e da escrita, sem reproduzir o sentimento do fracasso escolar. A partir do ambiente *Windows*, do editor gráfico *Paintbrush* e do processador de texto *Word for Windows*, foi solicitado aos participantes para copiar fotos, poesias, fazer estampas de camisas, dentre outras atividades. Foram realizadas entrevistas como foco na relação da criança com a escola, e análises de desenhos com o tema “aprendendo uma coisa importante”. Os autores consideraram positivo o resultado das oficinas: uma certa retomada de vínculos das crianças com a instituição escolar, e também uma reflexão sobre a associação da escola com a melhora da qualidade de suas vidas.

Também aqui, não aparece a problematização do lugar que aqueles ocupam na sociedade, de como a situação de rua tem sido construída ao longo da história, e de como a instituição educação tem reproduzido a exclusão dessas crianças. Se as experiências das intervenções psicológicas, acima apresentadas, foram frágeis no sentido de não problematizarem a responsabilidade da sociedade e do Estado, os trabalhos de Guedes e Scarcelli, 2014; Benelli, 2013; Tavares et al., 2011; Ribeiro, 2010; e Chaves, Guirra, Borrione, e Simões, 2003, levantam importantes questões sobre as práticas dos psicólogos.

Guedes e Scarcelli (2014), em “Acolhimento institucional na assistência à infância: O cotidiano em questão” decorrente de uma dissertação de mestrado, apresenta os diferentes momentos do cotidiano de um abrigo para crianças institucionalizadas, recortados pelos diferentes discursos orientadores das práticas sociais que formaram a assistência: a caritativa, a filantrópica e a do Estado de bem-estar social. A mestranda, psicóloga da entidade (anteriormente ao mestrado), utilizou de suas próprias percepções



sobre a questão que discute em sua pesquisa. Conforme as autoras, os diferentes modelos de assistência estão presentes nos diversos momentos institucionais e sua problematização poderia permitir um outro lugar na escuta e nas ações nas instituições de acolhimento. Assim, apesar do ECA se colocar como um marco para o reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, trazendo-os como sujeito de direitos, indo muito mais além da ideia de indivíduos passivos e dependentes da caridade alheia, objeto de decisões e ações, ele ainda não se concretizou.

Por sua vez, Benelli (2013) vai de encontro às preocupações que foram levantadas por nossa pesquisa, e que se traduz em conhecer as práticas psicológicas realizadas nos estabelecimentos assistenciais que atendem aqueles considerados em “situação de risco”. Para isso, o autor analisa, nos arquivos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os projetos que foram encaminhados ao referido Conselho. Ele parte da Psicologia Social Crítica para fundamentar teoricamente suas posições, e a partir dela aponta as ações dos profissionais psicólogos pautadas em concepções tradicionais de psicologias individualistas e patologizantes, que responsabilizam unicamente o sujeito pelos seus comportamentos. Benelli recorta algumas palavras-chaves presentes nos projetos que, em sua grande maioria, estão assentadas num lógica menorista: ressocializar; recuperar auto-estima; manter a disciplina; desajuste familiar; família desestruturada; desajuste emocional. Segundo o autor, essa lógica não corresponde às perspectivas cidadã emancipadoras proposta pelo ECA. O artigo não esclarece o método utilizado para a pesquisa, nem diz quando, nem onde, a mesma foi realizada.

Tavares et al. (2011), se propuseram a analisar os modos de ser criança produzidos pelas concepções e práticas de um projeto social realizado com crianças e adolescentes em uma entidade participante do Programa AICA (Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente), promovido pela Pastoral do Menor e da Cáritas Arquidiocesana. No mesmo sentido de Benelli (2013), as autoras destacam a preocupação do projeto com os sujeitos considerados “problema”, seja porque: não conseguem frequentar a escola, são considerados agressivos pelos pais e comunidade, são usuários de drogas ou estão envolvidos com o tráfico. O discurso dos

educadores reproduz os modelos hegemônicos que buscam a adaptação das crianças e jovens às normas sociais do bom comportamento, da família estruturada, da pessoa trabalhadora, culpabilizando a família pobre brasileira pela incompetência e falta de esforço das mesmas por não alcançarem as condições de cidadania.

As autoras, registrando as positivities do projeto que podem proporcionar às crianças e adolescentes um espaço acolhedor para o fortalecimento das redes de relações socioafetivas, também problematizam, acertadamente,

[...] o dispositivo da sociedade contemporânea que “opera integrações sobre substâncias qualificadas (crianças e adolescentes empobrecidos) e funções finalizadas (educação, disciplina, proteção) para produzir forma de conteúdo definível, visível: o menino de projeto.” (Tavares et al., 2011, p.101).

Outra autora, Ribeiro (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada “O psicólogo na proteção especial: Atuação junto às vítimas de violação de direitos no Creas” investigou a atuação do psicólogo no CREAS do Rio Grande do Norte (RN). Ela não investiga de forma específica as violações no campo da infância, mas ela está incluída. Ribeiro chama atenção para as condições de trabalho dos profissionais que acaba por colocar em risco a eficiência das políticas públicas:

o profissional é solicitado a agir para enfrentamento da violação do direito, mas não encontra um campo que possibilite o trabalho intersetorial e articulado, além de estar exposto a precarização do trabalho e a fragilidade dos vínculos empregatícios, associado à falta de formação para atuar na área. Portanto, ainda há muitos desafios para os psicólogos na construção de um trabalho que enfrente as situações de risco e rompa com a violação de direitos. (Ribeiro, 2010, p. Xiii).

Em uma outra pesquisa) pesquisa, Marques e Czermak (2008) no artigo “O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia”, investigam os modos de subjetivação produzidos em um núcleo de abrigos residenciais de proteção à infância e adolescência no Rio Grande do Sul. Observando e analisando os encontros grupais das psicólogas e de outros profissionais de saúde com o referido público, as autoras pontuam duas dificuldades: a) a da

escuta, tanto por parte dos adolescentes no grupo como, no cotidiano, na relação entre profissionais do abrigo, e b) e a comunicação pelo ato, quando, esgotadas as possibilidades de solução dos conflitos através do diálogo, as pessoas se manifestam pela violência em toda a instituição (agressões físicas e verbais entre crianças e monitores). Orientadas pela teoria foucaultiana e na esquizoanálise, concluem que a instituição é atravessada pela lógica disciplinar produtora da exacerbação dos fenômenos contemporâneos de enfraquecimento de laços e da reflexão tanto individual quanto coletiva, acompanhados de manifestações de violência. Por outro lado, afirmam que as “práticas de grupo mostraram-se uma estratégia potente por possibilitarem aos sujeitos a expressão coletiva de suas questões como uma alternativa a soluções individualizantes” (Marques & Czermak, 2008, p. 360).

Evidencia-se nos trabalhos de Benelli (2013), Tavares et al. (2011), Ribeiro (2010), Marques e Czermak (2008) o questionamento das práticas dos psicólogos nos diferentes espaços de proteção à infância, ainda guiadas pela ideologia caritativa/filantrópica, pela lógica da criança/indivíduo minorizada pertencente a uma família desestruturada, pela necessidade de controlar comportamentos. É também de nossa percepção, que evidenciam-se a ausência de crítica ao sistema normativo disciplinar, à construção histórica do “menor, pivete, delinquente”, às saídas individualistas para as situações de violações de seus direitos, à culpabilização da família pela situação da criança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades que foram inicialmente apontadas para o levantamento da revisão bibliográfica, e que se referem aos poucos estudos sobre as práticas específicas dos psicólogos em entidades protetoras da infância, o que nos fez incluir outras experiências, acabou por levantar questões importantes.

Elas demonstraram a importância da pesquisa e da extensão universitária na efetivação das políticas públicas voltadas para a infância e juventude no Brasil, a sua colaboração nas atividades desenvolvidas dentro das entidades e que estão ligadas à intervenção psicossocial, clínica

ou do desenvolvimento. Registramos a importância de todas as linhas, no entanto, também enfatizamos a necessidade de que qualquer uma delas venha acompanhada de uma crítica social, do que produz e reproduz a infância abandonada no Brasil, das estratégias que ao longo da história preferem criminalizar pessoas, famílias e coletivos que não foram incluídos na distribuição das riquezas, sejam econômicas e/ou culturais.

Outro ponto importante, e que apesar de ter aparecido aqui somente em um artigo, é o das más condições de trabalho dos psicólogos nas instituições públicas. A sobrecarga de trabalho acaba por colocar em cheque a eficiência de suas intervenções, assim como seu papel profissional que muitas vezes é deslocado para atividades assistenciais. Estudos mais aprofundados podem esclarecer se essa situação tem aberto espaço para as intervenções de projetos universitários, que são muito importantes, mas acabam muitas vezes, por serem pontuais, também não contribuindo de forma mais efetiva para a concretização do ECA.

Concluimos sobre a necessidade dos cursos de psicologia nas universidades (em seus projetos pedagógicos), dos Conselhos de Psicologia, dos profissionais psicólogos que atuam na área da infância e da juventude, e do Estado, através do SUAS, de reavaliarem as práticas daqueles profissionais, assim como estarem atentos às epistemologias que as orientam, uma vez que tanto podem ser estigmatizadoras e individualistas, como podem promover as crianças com sujeito de direitos, participativas da construção de sua cidadania e dos coletivos a que elas pertencem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benelli, S. J. (2013). Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12(2), 1-30.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.

- Castro, C. R. D., Moura, M. L. S. D., & Ribeiro, A. (1999). Oficina de informática com meninos e meninas de rua: relato de uma experiência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 241-258.
- Chaves, A. M., Guirra, R. C., Borrione, R. D. M., & Simões, F. G. A. (2003). Significados de proteção a meninas pobres da Bahia do século XIX. *Psicologia em Estudo*, 8(spe), 85-95.
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 58-67.
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroehrer, F., & Koller, S. (2006). Grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: descrição de um modelo de intervenção. *Psicologia Clínica*, 18(2), 163-182.
- Jurdi, A. P. S., & Amiralian, M. L. T. M. (2012). Cuidados com a infância e a adolescência por meio de brinquedoteca comunitária. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 29(Suppl. 1), 769-777.
- Maheirie, K., Urnau, L. C., Vavassori, M. B., Orlandi, R., & Baierle, R. E. (2005). Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: um relato de experiência. *Psicologia em estudo*, 10(3), 537-542.
- Marcilio, M. L. (2011). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In M. Cezar, *História Social da Infância no Brasil* (pp. 53-79). São Paulo, SP: Cortez.
- Marques, C. de C. e, & Czermak, R. (2008). O olhar da Psicologia no abrigo: uma cartografia. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 360-366.
- Ribeiro, A. B. (2010). *O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Tavares, G. M., Oliveira, F. T. D., Bossatto, T., Deus, F. B. D., Coelho, D. C., & Vilas-Boas, M. N. S. (2011). A produção de meninos de projeto e acontecimentos no percurso. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 94-102.